

Contrastes e confrontos

Amc pg. 4

ROBERTO MAGALHÃES

Os jornais do Rio e de São Paulo, do penúltimo domingo, dia 6, trazem alguns artigos contundentes na crítica à Constituinte e ao governo federal.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior, professor da USP, condena o que ele próprio chama de "o fantasma de uma tecnologia constituinte e a tentativa de um constitucionalismo populista". E exemplifica, com as propostas constantes do projeto de Constituição, como a criação do defensor do povo (art. 27), do Conselho da República (art. 118) e do Conselho da Defesa Nacional (art. 120), que existirão, segundo ele, para não funcionar ou para "funcionar" de forma perversa, no confronto com o patrimonialismo político nacional.

No mesmo jornal paulista, Fábio Konder Comparato, também professor titular da USP, se insurge contra a "Nova República", que para ele "é, sob certo aspecto, muito pior do que o regime militar explícito que a precedeu. Este suspendeu as garantias democráticas, mas não conseguiu suprimir a idéia de democracia: pelo contrário, suscitou no povo ardentes esperanças de que um dia chegasse a instaurar o seu reino, a sua soberania".

Fernando Pedreira, o extraordinário articulista do JB e do Estadão, vai fundo na análise da crise nacional que transcende ao âmbito da Constituinte. Partindo de uma frase de Simone Weil, de que "a distância é a alma da beleza", louva Juscelino por ter construído Brasília distante do resto do Brasil e arremata: "Precisaríamos inventar, quem sabe, ou eleger um novo Juscelino, mais radical que o outro, que mandasse Brasília (com suas mordomias e demagogias) para muito mais longe ainda". No mesmo espaço do jornal, ele comunica que vai ficar duas semanas ausente da imprensa, para trocar um pouco a paisagem, descansar do

Escadinha, do Melo-Quilo, do Cabeludo e de personalidades políticas que hoje "correm às páginas dos jornais e parecem prenunciar um triste Brasil para o ano 2000" (sic).

Ai parece colocar-se o fulcro dos problemas que, sob diferentes prismas, são tratados pelos professores e jornalistas de que falamos acima: que espécie de sociedade temos hoje no Brasil? Será que a conhecemos? Quantos são os brasis, dots, três, ou muitos mais?

Tornou-se um truismo falar do Brasil legal em contraposição ao Brasil real. Mas o Brasil real não é apenas um.

Estive recentemente no interior do Paraná. Não vi pobreza.

Por dois dias, circulando em três cidades — Londrina, Maringá e Campo Mourão —, não me apareceu um só mendigo, ninguém maltrapilho ou aparentando pobreza absoluta.

Impressiona a pujança da agricultura naquelas paragens do Sul. Do alto, quando o avião decola ou aterrissa, perdem-se de vista os campos inteiramente cultivados. Quando não é o trigo, com certeza é a soja que se espalha. Nem um palmo de terra ociosa.

Aquele Brasil é muito diferente do nordestino. Inúmeras vezes viajei de avião pelo interior do Nordeste. É comum andar longamente sem ver um roçado. Não fossem os açudes e os barreiros, até se poderia pensar que sobrevoávamos terras por desbravar e ocupar. São muitos os vazios, sobretudo no semi-árido, onde a pobreza é a regra social.

Mas há ainda, pelo menos, um terceiro país, aquele que desceu do morro Dona Marta, e de outras favelas, no Rio de Janeiro, e reuniu alguns milhares de pessoas para enterrar o traficante de drogas Melo-Quilo, ao som do Hino Nacional.

Realidades tão diversas não poderiam deixar de levar à Constituinte parlamentares com visões bastante diferentes da realidade nacional e das soluções para os problemas do País.

Com tantos contrastes e correspondentes confrontos potenciais, o Brasil oferece um quadro preocupante. Ninguém que tenha responsabilidade e experiência de vida pode estar tranqüilo e seguro.

Mas, como se não bastassem os problemas enormes gerados por uma sociedade que explodiu demograficamente, que é hoje tipicamente de massa, na qual a pobreza se espalha por inúmeros bolsões, podem-se identificar sucessivos erros e equívocos da chamada elite ao longo dos últimos anos: a procrastinação inexplicável das eleições diretas para presidente, desde a rejeição da emenda Dante de Oliveira; a convocação de uma Constituinte com eleições de governadores; a incerteza da duração do mandato do atual presidente da República. O que interfere a todo momento no funcionamento da Assembléia Constituinte, que, por definição, deve ser soberana; os choques heterodoxos na economia, fazendo do País uma cobaia indefesa e estarecida para só ficar nesses exemplos.

Na Argentina, a redemocratização se fez por um caminho muito mais inteligente e eficaz. Antes de mais nada, elegeu-se um presidente que, a partir da legitimidade e autoridade decorrentes do voto direto, passou a liderar o processo.

Num futuro próximo, provavelmente, com todos os seus problemas conjunturais equacionados, a Argentina trate de elaborar nova Carta, num clima de mais tranqüilidade, propício a tarefa de tal magnitude.

Seguimos o caminho inverso e nem ao menos buscamos inspirar-nos no modelo brasileiro de redemo-

cratização de 1945. E agora, mais do que as críticas partidas de setores expressivos da universidade e da imprensa, assusta o grau de frustração e desencanto do povo brasileiro.

Embora tardiamente, indaga-mo-nos se não teria sido melhor que a Constituinte, instalada, tivesse adotado a Constituição de 1946 como projeto da nova Carta, à maneira do que fizeram os constituintes de 1946 com a Carta de 1934. Ter-se-ia ganhado muito tempo.

Outra decisão que deveria ter sido adotada preliminarmente refere-se à duração do mandato do atual presidente, como requisito à convocação do poder constituinte com o poder instituído.

Igualmente a questão do regime de governo. A mudança do presidencialismo para o parlamentarismo seja pela quebra de nossa tradição, seja pela ausência do debate esclarecedor no período eleitoral, e, ainda, porque equivaleria à substituição do chefe do governo, sem deposição do presidente, pensamos que não deverá fazer-se sem consulta popular, prévia (plebiscito) ou posterior à Carta (referendo).

Passados dez meses das eleições e sete da instalação da Constituinte, são muitas as indefinições.

Em verdade, estamos todos correndo o risco de chegar a 15 de novembro, de 1988, data do centenário da República, perfazendo três décadas sem eleições presidenciais diretas e com os brasileiros e as brasileiras com menos de 47 anos sem jamais haverem votado para presidente.

Considerando a significação da data e a provável presença de delegações de todos os países que mantêm relações diplomáticas com o Brasil, para as devidas comemorações, pode-se prever e afirmar: vai ser um verame...

Roberto Magalhães é ex-governador de Pernambuco.